

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: AÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA

ELEMENTARY EDUCATION: TEACHERS FACING THE SUBJECT OF SEX EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS

CRISTIANE KÖHLER CARPILOVSKY*
DAIANA SONEGO TEMP**
IJONI COSTABEBER***
FELIX ALEXANDRE ANTUNES SOARES****
JÉSSICA ARRIAL*****
KELLY BORDIN TRELLES*****

RESUMO

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Educação Sexual é colocada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal. Essa expressão “Tema Transversal” caracteriza a Educação Sexual como assunto que deve ser tratado em todas as disciplinas, com a participação ativa e consciente dos professores. Nesse sentido, torna-se necessário averiguar se os professores estão preparados para falar sobre temas amplos e polêmicos, como gravidez na adolescência, virgindade e doenças sexualmente transmissíveis. Com esse intuito, este estudo analisou as respostas de professores de diferentes disciplinas, obtidas por meio de questionário, que abordou diversos temas relacionados à sexualidade, revelando que os docentes não se sentem preparados para trabalhar com este tema e, por conta disso, solicitam a inclusão de trabalhos que abordem a sexualidade, a fim de fornecer apoio e condições dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Lei de Diretrizes e Bases; Sexualidade; Professores; Escola.

ABSTRACT

With the new Basic Guidelines Law (Lei de Diretrizes e Bases), Sex Education is approached in the National Curricular Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais) as a “cross theme”. This expression features sex education as a subject that should be treated in all disciplines, with active and conscious participation of teachers. In this sense, it becomes necessary to determine if teachers are prepared to talk about broad and controversial themes, such as teenage pregnancy, sexually transmitted diseases and virginity. With this in mind, this study examines the responses of teachers of different disciplines, obtained through a questionnaire, which covered various topics related to sexuality. It was revealed that teachers feel unprepared to work within this methodology and on that account, they request inclusion of studies that deal with sexuality in order to provide support and conditions within the classroom.

Keywords: Basic Guidelines Law; Sexuality; Teachers; School.

*Doutoranda em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Educação e Docente do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Santa Maria.

**Mestranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria e Docente na educação básica.

***Doutora em Ciências e Tecnologia dos Alimentos pela Universidade de Córdoba- Espanha e Docente do Departamento de Morfologia da UFSM.

****Doutor em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Química da UFSM.

*****Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

*****Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um fator relevante no contexto de uma população, sendo a educação um dos principais meios de desmistificar este assunto. Para Foucault (1999, p. 58),

[...] não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalização: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação, às mais variadas estratégias.

Sendo a escola o local onde os alunos ficam grande parte do dia, é necessário que sejam tomadas iniciativas para levar a estes jovens as informações que lhes forem negligenciadas no âmbito familiar.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 31),

[...] é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema através de formação continuada, questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens.

Para Luz e Dinis (2007), certamente os PCNs representam alguma conquista, já que os primeiros programas de educação sexual abordavam o tema de uma perspectiva biologizante, apenas com aulas sobre anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores.

Nos últimos anos, a preocupação com a aprendizagem dos alunos leva a repensar as formas de ensino. Neste mundo globalizado e informatizado, não basta ir à escola com a vontade de decorar o que o professor está explicando, é necessário questionar as mudanças que estão ocorrendo, esclarecer dúvidas, para assim poder viver neste mundo cheio de divergências.

Sabe-se que a aprendizagem de conceitos está interligada com as pré-concepções que os alunos possuem. Estas têm suas origens no cotidiano de cada um, sendo aprendidas na escola, na igreja, com os amigos e na família. Segundo Giordan e Vecchi (1996, p. 12), “por concepção entendemos um processo pessoal, através do qual um aprendiz estrutura progressivamente os conhecimentos que integra. Esse saber elabora-se, na grande maioria dos casos, num período bastante longo da sua vida [...]”.

É importante compreender a forma como os educadores encaram a discussão da sexualidade. De acordo com Louro et al. (2007), muitos professores pensam que, se deixarem de tratar desse problema, a sexualidade ficará fora da escola. Os alunos dotados de concepções já estabelecidas levam para dentro da sala de aula inúmeras visões do mundo, sendo então o professor o responsável sobre a reorganização destes conceitos.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho foi apontar as principais dúvidas

referentes à abordagem em sala de aula do tema, Educação Sexual, entre os professores do Ensino Fundamental, principalmente nas séries finais de uma escola pública em Santa Maria, RS.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer as dificuldades que os professores enfrentam, no cotidiano profissional, ao tratar a temática da sexualidade, para oportunizar a esses profissionais um trabalho de formação continuada que os oriente no trabalho interdisciplinar na escola. Neste sentido, Louro (1999) coloca que o corpo é educado na escola, tal como a mente é educada e ensinada.

Uma proposta de educação sexual, em nível escolar, torna-se indispensável, pois abre caminho para jovens e crianças ampliarem a educação recebida anteriormente. No cenário familiar, normalmente, as informações estão repletas de preconceitos e moralidade, não respondendo as dúvidas desses educandos que acabam, muitas vezes, procurando respostas na mídia (que erotiza e banaliza a sexualidade) ou com amigos que apresentam as mesmas inquietações.

BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a inserção da educação sexual data desde a década de 20. Nesta época, a principal preocupação girava em torno dos “desvios sexuais” que afluíam na população. A escola passa a ter papel fundamental no cuidado com seus alunos e a ela é dada a tarefa de encontrar alunos com desvios e encaminhá-los para acompanhamento médico (DAVIS apud FONSECA, 2007).

Segundo César (2008), em 1933 foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, o Círculo Brasileiro

de Educação Sexual, que ditou um periódico, denominado Boletim, com temas referentes à higiene, pois, desde o final do século XVIII, o sexo já era objeto de discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene dos jovens.

Nos anos 60 e 70, a inclusão obrigatória nas escolas da temática da sexualidade é altamente discutida, para que os jovens da época possam exercê-la sem riscos. Já na metade dos anos 60, algumas escolas apresentam projetos para inserção da educação sexual no currículo, outras já exerciam este trabalho. Contudo, essas iniciativas foram reprimidas nos anos 70, quando um pronunciamento da comissão de moral e civismo homologa um parecer contrário a um projeto anterior, que colocava a educação sexual como obrigatória nas escolas. Cabia às escolas a implantação ou não desta educação, sendo que esta deveria estar inserida nos programas de saúde.

A partir desse momento, a educação sexual fica a cargo da família, que deve orientar seus filhos de acordo com suas crenças e valores morais. Como a sociedade da época estava oprimida por um governo ditador, as escolas possuíam receios na abordagem da sexualidade, pois se os ensinamentos não estivessem de acordo com o que o governo estabelecia, a instituição era punida.

Jurberg (2001, p. 13) enfatiza que

[...] tanto a família quanto a escola, os principais agentes socializadores, acabam sendo, na verdade, falsos educadores. A ciência, por sua vez, ao promover, reforçar ou legitimar falsas diferenciações e tipologias, torna-se cúmplice da discriminação social dirigida a grupos que não se enquadram nos padrões tidos como normativos.

No entanto, a partir da década de 80, com o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), aumentou a preocupação entre os governantes em esclarecer à população os riscos que esta nova doença trazia. Porém, falar sobre sexo e AIDS constitui receio em certas famílias. Nesse sentido, a abordagem da temática da sexualidade em nível escolar tornou-se essencial, considerando os inúmeros veículos de informação que levam os jovens a uma infinidade de conceitos sobre o assunto, mas que, na maioria das vezes, não possuem caráter informativo. São destinados a mostrar a sexualidade com uma conotação apelativa, levando em consideração apenas o prazer.

Bueno (2001) afirma que, desde a década de 80, a educação nacional vem passando por reflexões políticas e filosóficas sobre a realidade, incluindo a discussão sobre a inserção da orientação sexual nas escolas. Em virtude disto, no ano de 1996, entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), trazendo em seu conteúdo a educação sexual como tema transversal, o qual deve ser abordado em todas as disciplinas, não ficando mais a cargo exclusivo dos professores de ciências e biologia, com o propósito de informar e esclarecer os alunos sobre as diferentes abordagens da sexualidade.

Segundo o Ministério de Educação e Desportos (BRASIL, 1994, p. 19),

Somando-se as instituições que interferem na educação sexual do adolescente encontramos a escola, parte essencial do nosso estudo. Sabe-se que a escola é um cenário muito apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação sexual, porque além de uma ação direta que exerce sobre os educandos, indiretamente incentiva a própria família a desempenhar o seu papel.

Ao falar em educação, não se refere somente à educação de conteúdos, mas àquela que promove a discussão de temas extraescolares, refletindo a atual sociedade, levando os alunos a criticar e observar o que está acontecendo. Assim, eles não ficarão passivos frente às injustiças do mundo e estarão instrumentalizados para uma ação mais consciente e segura, inclusive no campo sexual.

Segundo Jimenez (1991), as pessoas aprendem reconstruindo os conhecimentos, pondo-os em relação com os esquemas cognitivos que possuem. Isto reforça a tese de que não é válido tentar exterminar as pré-concepções que os alunos possuem, antes, é preciso trabalhá-las para que o aprendizado ocorra de forma mais concreta. Assim, os professores precisam apresentar formação para desenvolverem novas concepções sobre sexualidade junto aos alunos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste artigo, fundamentou-se uma pesquisa a partir de extensa revisão bibliográfica. Os dados extraídos de cada obra foram transcritos, em fichas, ressaltando os pontos pertinentes ao assunto em questão.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador, como instrumento principal. A pesquisa qualitativa, ainda, supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra por meio de trabalho intensivo de campo. De acordo com Pope e Mays (apud NEVES, 1996), os métodos qualitativos trazem como

contribuição ao trabalho do pesquisador uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.

A pesquisa de campo foi realizada com trinta e cinco professores pertencentes ao quadro de docentes de uma escola pública de Ensino Fundamental, localizada no município de Santa Maria, RS.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário composto de dez perguntas, do tipo aberto. Os temas abordados incluíram a indagação acerca da importância e o espaço da educação sexual na escola, presença de aluno portador de Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), conhecimento da hora certa para ter relações sexuais, virgindade, gravidez, além de questões envolvendo assuntos como masturbação, camisinha e pílula.

Os professores também foram questionados sobre temas relacionados à sexualidade, para verificar se receberam alguma orientação de como trabalhá-los em sala de aula com seus alunos.

O estudo atendeu ao rigor científico e seguiu preceitos éticos na realização de Pesquisa com Seres Humanos, respeitando a Resolução 196/96 e obtendo aprovação do Comitê de Bioética da Universidade Federal de Santa Maria (CAE 0107.243.000-09).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da educação sexual na escola foi o principal tema abordado pelos professores participantes da pesquisa, os quais colocaram seu tratamento como de fundamental importância nas escolas. Os professores

consideraram, ainda, que os alunos devem receber orientação suficiente para o exercício de sua sexualidade.

Com relação ao tema “sexualidade” ser trabalhado nas escolas, 100% dos professores entrevistados afirmaram que a escola não pode se omitir em orientar e discutir temas relacionados à educação sexual. Neste sentido, ainda, declararam que a omissão não é o papel adequado a ser desempenhado pelas escolas:

Não, porque por experiência própria, algumas famílias não gostam de tocar no assunto, de orientar, apenas proibem.

Não, creio que situações em que o aluno esteja de frente com problemas relacionados à sexualidade apresentam-se em qualquer lugar, não apenas na família.

A partir das respostas, percebe-se que os professores acreditam que a sexualidade deve ser trabalhada na escola, pois é um local para orientação. Esta postura é muito importante, pois comprova que estão conscientes de sua missão de orientar seus alunos na questão da sexualidade, visto que, na família, muitas vezes, esta orientação não ocorre. Para Saito (2000), se a meta é informar ou, melhor ainda, formar, a escola destaca-se entre os grupos de referência.

Da mesma forma, sobre o fato de questões referentes à sexualidade receberem destaque no planejamento escolar, também houve 100% de respostas afirmativas, reforçando a necessidade de adequação das escolas para trabalhar com temas relacionados à sexualidade. Os professores salientam a importância dos temas relacionados à sexualidade nas escolas:

Sim, esses assuntos são fundamentais. Sempre quando eles são colocados em

pauta os alunos demonstram grande interesse.

Sim, acho importante e necessário, pois a sexualidade faz parte da formação integral de cada um de nós.

As respostas mostram que os professores são favoráveis à inclusão do tema sexualidade no planejamento escolar, pois só dessa forma estarão preparados e legalmente amparados para trabalhar temas diversos em sala de aula. A necessidade de incluir a educação sexual na escola não é novidade, pois nos PCNs é apresentada como tema transversal, visto que causa inquietação e demanda cuidado e uma ação concreta, urgente e eficiente. Sayão (1997) confirma a visão dos professores, ao afirmar que, tendo a disponibilidade pessoal para se responsabilizar pelo trabalho, a área de conhecimento do professor não é o fator mais importante.

Com relação à reação frente a um estudante HIV+, todos os professores apresentaram uma postura de não discriminá-lo. As respostas foram diversas, mas todas tiveram em comum a consciência da não discriminação e de proporcionar a esse aluno um ambiente de estudo agradável e respeitoso.

Algumas palavras que caracterizaram as respostas: *preocupação, ajuda, naturalidade, aprofundamento, estudo, orientação, tranquilidade, igualdade, informação, conversa, apoio, atualidade, piedade, inclusão, medo, aceitação, tristeza, proteção, dificuldade e problemas.*

Essas palavras refletem a reação e a concepção dos professores em relação ao assunto, o que também é evidente nas seguintes respostas:

Buscar imediatamente apoio, informação, porque pouco sabemos a respeito.

Tratá-lo normalmente, sem dar a impressão de piedade ou repulsa.

O tema AIDS gera uma série de respostas e sentimentos. As respostas mostram que os professores não possuem medo, receio ou preconceito em relação ao aluno HIV+, mas pedem auxílio para saber como proceder em sala de aula com esse aluno e com a turma, enfatizando a necessidade de melhor formação do professor, para que esteja mais apto ao desenvolver seu trabalho em relação a temas relacionados à sexualidade.

Em relação ao momento certo de perder a virgindade, 20% dos entrevistados responderam que não possuíam conhecimento para abordar o tema, 55% tratariam o tema sem preconceito e os demais entrevistados não saberiam como reagir frente ao questionamento. As respostas mostram que os professores estão cientes de que a prática sexual está acontecendo cada vez mais cedo e que é papel da escola auxiliar nessa orientação.

A grande maioria dos entrevistados colocou que não há um momento certo, pois este depende de cada um, devendo considerar os sentimentos e o preparo para a prática do sexo. Salienta-se este posicionamento dos professores na seguinte resposta:

Diria que não existe regra, mas que se deve estar consciente do que se quer, estar envolvida emocionalmente com a outra pessoa e conhecer métodos de prevenção contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e gravidez indesejada.

Num outro enfoque, sobre o preparo para trabalhar temas polêmicos como masturbação, 57% dos entrevistados responderam que não estão à vontade e nem preparados para falar

sobre assuntos tão polêmicos e diversos, 14% estão parcialmente prontos para conversar e 29% responderam que, independente do assunto, eles orientam e esclarecem as dúvidas dos alunos. Os professores enfatizaram que a falta de conhecimento e formação adequada não permitem o desenvolvimento destes assuntos em sala de aula. Assim, dessa forma, a educação sexual na escola deve preparar, primeiramente, o educador para que ele possa realizar seu papel de forma eficiente.

Este tipo de formação continuada é abordada por Freire (1998) como necessária e essencial, para que a prática educativa do professor consiga promover uma educação eficaz.

Os resultados mostram que uma parcela significativa de professores (71%) sente-se despreparada para trabalhar a orientação sexual de forma efetiva, para eles há necessidade de auxílio por parte da escola neste preparo.

Com relação ao trabalho sobre sexualidade em sala de aula, 71,4% dos professores responderam que, pelo menos uma vez, já haviam discutido algum assunto relacionado. Os temas trabalhados foram: *prevenção, relação sexual, DST, preservativos, gravidez, corpo, sentimentos, hormônios, planejamento familiar, HIV, namoro, higiene, aborto, ficar, casamento, menstruação.*

Os temas trabalhados mostram que, mesmo sem um planejamento escolar, os professores, de forma individual, trabalham alguns temas com seus alunos, porém de uma forma estranha ao processo escolar como um todo. No momento que a escola trabalhar em conjunto com os professores, pais e alunos, essa atividade terá resultados mais positivos e duradouros.

A temática virgindade mostrou que os professores, atualmente, têm uma visão mais

igualitária em relação a ser homem ou mulher, pois em nenhuma resposta foi colocado que é obrigatório à mulher ser virgem até o casamento. Essa visão sem preconceitos é fundamental para o exercício de um trabalho de orientação, pois não haverá julgamentos, regras e nem certo ou errado. Existirá apenas orientação e, a partir dela, cada um fará sua escolha.

Ao se deparar com uma aluna adolescente e grávida, 75% dos professores colocam que estão abertos ao diálogo e dispostos a auxiliar no que for preciso, pois estão “acostumados” com o crescente número de adolescentes grávidas nas escolas. Porém, se houvesse orientação, aconselhamento e um trabalho contínuo sobre o tema, tais alunas estariam cientes dos métodos de prevenção e das consequências da gravidez na adolescência. Nesse sentido, convergem as respostas dos professores, como:

*Orientá-la para que não se desespere.
Sob consentimento da família, orientaria
sobre os cuidados na gestação.
Tratá-la com naturalidade, incentivando
os cuidados pré-natais.*

Os PCNs demonstram a necessidade da interdisciplinaridade do tema, pois, desta forma, os educandos estarão em constante contato com o assunto e não precisarão esperar que o tema seja abordado em uma aula de biologia.

Ao tratar sobre sexo seguro, 98% dos professores citaram o uso da camisinha como fator essencial para esta prática e valorização do corpo. Este fato está ligado, principalmente, às DST, AIDS e gravidez na adolescência. Para a valorização do corpo e dos sentimentos, na relação sexual, não se deve priorizar apenas o prazer físico, uma vez

que os sentimentos também são importantes para uma realização plena e isso mostra que as pessoas se valorizam e têm respeito pelos seus sentimentos. Sobre esse aspecto, o posicionamento dos professores é majoritário, traduzido nas respostas:

É uma relação entre pessoas responsáveis pelos seus atos, com as devidas precauções como o uso de camisinhas, pílulas.

Não transar com todos os garotos, esperar por uma relação estável, sincera e duradoura.

Relação sexual que envolva cuidado com a saúde, o prazer e o sentimento entre os parceiros. Com preservativos, é claro!

Em relação à formação continuada na escola, apenas 2,8% dos professores responderam que já receberam algum tipo de orientação sobre como tratar sexualidade em sala de aula. Porém, 100% dos professores acreditam ser necessário e urgente receber treinamento sobre o tema orientação sexual na escola.

Dos entrevistados, apenas um afirmou ter participado de um curso sobre orientação sexual (porém numa escola em outra cidade) na sua trajetória escolar, mostrando que essas instituições não estão planejando a educação sexual, como se a sexualidade não fosse parte importante para a formação da pessoa. Talvez, devido à escassez desses trabalhos de educação sexual, o número de meninas grávidas que abandonam a escola, de meninos que param de estudar para poder sustentar uma família e de portadores de DST aumenta assustadoramente. As respostas mostram claramente a importância e a urgente necessidade de trabalhos relacionados à sexualidade na escola. Então, cabe ao âmbito escolar planejar, em conjunto com

a comunidade, a forma, os temas e outros fatores, para a realização de um trabalho que oriente e auxilie na formação de indivíduos conscientes e esclarecidos sobre sua sexualidade, capazes de escolher os caminhos que consideram corretos para o desenvolvimento dessa sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar um tema tão polêmico como sexualidade, depara-se com uma grande variedade de respostas, conceitos e inquietações.

Hoje, a escola assume um papel fundamental na orientação, não apenas em ensinar conteúdos, mas está apta e aberta a preparar os alunos para a vida nos seus diferentes aspectos: social, sexual, familiar.

Conforme Alencar (2008, p. 162),

Embora haja um consenso entre os estudiosos sobre a necessidade de promover a discussão de questões referentes à sexualidade, na prática, educadores e pais ainda apresentam dificuldades em abordar o tema com os jovens.

As dúvidas que professores apresentam ao abordar o tema sexualidade mostram que eles têm a consciência da necessidade de trabalhar esse assunto na escola, mas, ao mesmo tempo, consideram-se despreparados para a realização dessa tarefa seja por falta de conhecimento, seja por medo ou vergonha.

Por isso, com esse estudo deixa-se um alerta para que as escolas insiram no seu currículo a orientação sexual e que forneçam apoio e condições para que o professor trabalhe o tema em sala de aula de forma eficiente. Caso contrário, os problemas relacionados à

sexualidade desregrada e sem limites tenderão a aumentar. Esse estudo também serve como instrumento aos professores, para que exijam de suas escolas um trabalho efetivo e sério em relação ao tema, pois apenas dessa forma pode-se auxiliar os alunos na sua formação.

Então, é preciso se preocupar com a formação dos educadores, para que, no futuro, se encontrem educandos de hoje com capacidade para criticar e ensinar às novas gerações sobre a necessidade da incessante busca da compreensão da sociedade. Espera-se que os educadores do amanhã possam dizer que sua personalidade crítica, reflexiva e justa é o reflexo do aprendizado ocorrido durante sua vida escolar, na qual os verdadeiros mestres estavam sempre prontos para esclarecer dúvidas e aceitar a transformação do mundo. Para Freire (1998), o ser humano precisa estar sempre em formação, pois o conhecimento é infinito.

A sexualidade trabalhada de forma correta, sem preconceitos, tabus e julgamentos, leva à formação de pessoas preparadas para exercer sua sexualidade de forma segura e saudável. Com um trabalho preventivo nas escolas, as chances são maiores quanto à formação de uma sociedade consciente e responsável por sua sexualidade. Quanto maior a bagagem cultural, emocional e social que cada um possui, maiores serão as chances em optar por uma conduta sexual preventiva.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. A. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência e Educação**, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais**. Brasília, 1998.
- _____. Lei 9394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política Educacional em Sexualidade**. Série Educação Preventiva Integral. Brasília, 1994.
- BUENO, S. M. V. **Educação preventiva em sexualidade, DST-AIDS**. 2001. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.
- CÉSAR, M. R. A. **A invenção da adolescência no discurso pedagógico**. São Paulo: UNESP, 2008.
- FONSECA, L. Corpo falado: sexualidade, poder e educação. **Educação, Sociedades e Culturas**, Porto, n. 25, p. 135-168, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIORDAN, A.; VECCHI, G. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- JIMENEZ, A. Cambiando las ideas sobre el cambio biológico. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. 9, n. 3, p. 248-256, 1991.

JURBERG, M. B. A construção social da sexualidade: da identidade biológica a identidade sócio-cultural de gênero. **Revista Scientia Sexualis**, v. 7, n. 2, p. 25-40, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado**. Minas Gerais: Autêntica, 1999. p. 9-34.

_____; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, A.; DINIS, N. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2. sem. 1996.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Educação sexual na escola. **Revista Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.